

Habilitações Académicas:

Mestre em Gestão/MBA pelo Instituto Superior de Economia e Gestão em 1997.

Licenciado em Agronomia pelo Instituto Superior de Agronomia na especialidade de Economia e Sociologia Rural em 1990.

Principais atividades exercidas:

Chefe de Divisão de Prospetiva e Planeamento Estratégico, de janeiro de 2013 a maio de 2017, no Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR);

Técnico da Direção de Serviços de Programação e Políticas do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) de junho de 2011 a dezembro de 2012.

Adjunto do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), de outubro de 2009 a junho de 2011;

Adjunto do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (SEDR) do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), de setembro de 2005 a outubro de 2009;

Chefe de Divisão de Política Sócio Estrutural, na Direção de Serviços de Estudos, Planeamento e Prospetiva, do Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar do MADRP, de janeiro de 2001 a setembro de 2005;

Técnico superior do MADRP de março de 1991 a dezembro de 2000 com funções no âmbito dos estudos, gestão e planeamento da política sócio estrutural;

Estagiário (estágio curricular) na Direção do Crédito à Agricultura e Pescas da Caixa Geral de Depósitos de janeiro a dezembro de 1990.

Autor e coautor:

Tese de Mestrado — «As Adegas Cooperativas Alentejanas. Um caso de sucesso de organização cooperativa da produção». ISEG. 1997;

Relatório de Estágio da licenciatura — «Mercados de Origem em Portugal». ISA. 1991.

Livro Casos de Desenvolvimento Regional — autor do capítulo 35 «As Adegas Cooperativas do Alentejo como exemplo de sucesso na valorização económica de um recurso endógeno, atualmente embaixador de toda a região». APDR e Observatório do QREN. Setembro de 2011;

Artigos «Novo paradigma rural: políticas e governança» e «Revisão do Quadro Financeiro Plurianual» publicados nas revistas CULTIVAR n.º 5 e 6. GPP 2016.

Artigo publicado na revista da ordem dos engenheiros — «Análise da Fileira do Azeite». INGENIUM 2.ª série N.º 36, abril de 1999. Páginas 79 a 85;

Participação na elaboração (redação de capítulo) da edição do MAOTDR «Balanço da Legislatura (2005-2009)» em vários pontos do capítulo relativo ao Desenvolvimento Regional (parte 5). XVII Governo Constitucional — Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. 2009;

Participação na elaboração anual das publicações do GPPAA «Panorama da Agricultura», «Agricultura Portuguesa — Principais Indicadores», «Anuário Hortofrutícola» e «Números da Agricultura 1997» com contributos sobre a política sócio estrutural do QCA para a Agricultura e Desenvolvimento Rural.

310709831

Despacho n.º 7343/2017

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer funções de motorista no meu gabinete, Jorge Manuel Moças Cancelino, assistente operacional da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, com efeitos a 14 de julho de 2017.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

24 de julho de 2017. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Miguel João Piseiro de Freitas*.

Nota Curricular**I — Dados Pessoais:**

Nome: Jorge Manuel Moças Cancelino

Data de Nascimento: 27/12/1954

II — Formação Académica:

1.º Ano Ensino Preparatório

III — Percurso profissional:

Iniciou funções em 1986/04/07 em regime de contrato de trabalho a prazo nos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros (SSPCM)

Em 1990/03/23 foi celebrado Contrato Administrativo de Provedimento para o exercício das funções correspondentes à categoria de Fiel de Armazém, visado pelo Tribunal de Contas em 1990/03/23 nos SSPCM

Em 1992/06/22 foi autorizada a sua requisição com efeitos a partir de 1992/05/20

Nomeado provisoriamente motorista de ligeiros do quadro de pessoal dos SSPCM em 1993/05/19, tendo nomeação definitiva a partir de 1994/05/19

Em 1995/11/17, após concurso, foi nomeado definitivamente motorista de ligeiros do Quadro de Pessoal da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão (IGA), do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP), a partir de 2007/08/01 designado por Inspeção-Geral da Agricultura e das Pescas (IGAP) e posteriormente, desde 2012/03/01, após a fusão do MADRP e do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT), denominada por Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

De 1995/11/17 a 2013/08/31, como motorista da Direção estando diretamente afeto ao serviço do Inspetor-Geral. Despacho n.º 16418/2005, publicado em DR 2.ª série, n.º 144 de 28/07/2005.

Nomeação do Gabinete da Ministra da Agricultura de 18/10/2013 publicado no DR n.º 211 de 31/10/2013 o Despacho n.º 13899/2013, de 31/10.

De 2013/09/01 a 2015/11/25, como motorista do Gabinete da Ministra da Agricultura e das Pescas conforme Despacho n.º 13899/2013 de 31/10 e Louvor n.º 647/2015, publicado em DR 2.ª série, n.º 216 de 04/11/2015.

De 2015/11/26 a 2017/07/14, como motorista do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, conforme Despacho n.º 1315/2016, publicado em DR 2.ª série, n.º 18/2016 de 27/01/2016.

310710568

Despacho n.º 7344/2017

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de apoio técnico-administrativo no meu gabinete, Maria José Firmino de Jesus, assistente técnica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., com efeitos a 14 de julho de 2017.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

24 de julho de 2017. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Miguel João Piseiro de Freitas*.

Nota curricular

Nome: Maria José Firmino de Jesus

Data de nascimento: 3/5/1953

Habilitações académicas: 12.º Ano

Atividade profissional: Assistente Técnica do Quadro de Pessoal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a exercer funções desde 22-5-1996, em Gabinetes Ministeriais, funções essas que constam de todas as tarefas inerentes ao apoio administrativo dado aos membros do Governo tais como tratamento de toda a documentação entrada e saída, digitalização, processamento de texto, cumprimento de despachos através da elaboração de ofícios, informações, circulares, classificação e arquivo de correspondência. Tratamento de requerimentos de Deputados. Passagem a texto de todos os documentos respeitantes ao processo legislativo.

Apoio aos Adjuntos e Assessores do Gabinete:

26-11-2015 a 14-07-2017 — Secretariado de Apoio ao Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural;

30-10-2015 a 25-11-2015 — Secretariado de Apoio ao Gabinete do Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar;

25-07-2014 a 29-10-2015 — Secretariado de Apoio ao Gabinete do Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar;
 01-02-2013 a 24-07-2014 — Secretariado de Apoio ao Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural;
 28-06-2011 a 31-01-2013 — Secretariado de Apoio ao Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural;
 26-10-2009 a 27-06-2011 — Secretariado de Apoio da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território;
 12-03-2005 a 25-10-2009 — Secretariado de Apoio do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
 17-07-2004 a 11-03-2005 — Secretariado de Apoio do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território;
 24-05-2004 a 16-07-2004 — Secretariado de Apoio da Secretária de Estado Adjunta e do Desenvolvimento Regional;
 8-04-2003 a 23-05-2004 — Secretariado de Apoio do Secretário de Estado do Ordenamento do Território;
 08-04-2002 a 08-04-2003 — Secretariado de Apoio do Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território;
 01-11-1999 a 08-04-2002 — Secretariado de Apoio do Secretário de Estado do Planeamento;
 22-05-1996 a 25-10-1999 — Secretariado de Apoio da Ministra do Ambiente;

Funções de Secretariado no Gabinete Jurídico do Instituto da Conservação da Natureza (ICN) de Set. 87 a 21-5-1999; Apoio à Presidência do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN) (9-3-1987 a Set. 1987); Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária (IGEF) (1978 a 9-3-1987); Direcção Regional de Agricultura do Alentejo (24-11-1975 a Jan. 1978); Procuradoria — Geral do Contribuinte em Luanda, Angola (1973 a Agosto 1975); Professora do ensino primário em colégio particular de Luanda, Angola (1971-1973).

Formação complementar: Formação de Iwork (tratamento de texto em Machintosh); Arquivo digital de documentos I e II; Curso de Smartdocs da ICL, Excel 5.0, Word 6.0, Word for Windows 6.0 básico; Curso de Windows (iniciação); Winword; Curso de Inglês Fundamental; Curso de Arquivo na DGAP.

310710698

Despacho n.º 7345/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, como técnico especialista do meu gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade o licenciado Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale, com efeitos a 14 de julho de 2017.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

24 de julho de 2017. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Miguel João Pisoeiro de Freitas*.

Nome: Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale
 Data de Nascimento: 11 de novembro de 1975

Habilitações académicas:

Licenciatura: Engenharia Florestal — Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Pós-Graduação: Arboricultura Urbana — Instituto Superior de Agronomia

City & Guilds National Certificate in Horticulture (Arboriculture) — Sparsholt College Hampshire

Experiência Profissional

Técnico Especialista no Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural (março de 2017 a julho de 2017)

Coordenador Técnico da Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais (2008 a 2017)

Técnico da Federação dos Produtores Florestais de Portugal (2008)

Técnico do Gabinete Técnico Florestal do Município de Arganil (2005 a 2008)

Coordenador Técnico da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil (2002 a 2005)

Formação:

Certificate of Competence in Chain Saw (CS30, CS36, CS38) — National Proficiency Tests Council & Scottish Skills Testing Service

Formação Profissional de Técnicos Florestais das Organizações de Produtores Florestais (168 horas) — IDARC

Infraestruturas Florestais (70 horas) — Forestis

Fogo Controlado (105 horas) — Forestis

Cartografia e Levantamentos para Projetos Florestais (24 horas) — Ordem dos Engenheiros

VI International Conference on Forest Fire Research

3rd Short Course on Fire Safety — Forest Fire Research

6th Short Course on Fire Behaviour — Forest Fire Research

Comportamento do Fogo Florestal e Segurança das Populações — ADAI

Jornadas Técnicas de DFCI — APIF

310709945

MAR**Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos****Despacho n.º 7346/2017**

Nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a comissão de serviço dos titulares de cargos dirigentes pode cessar por despacho fundamentado, designadamente, por necessidade de imprimir uma nova orientação à gestão dos serviços.

Através do Despacho n.º 5885/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106, de 2 de junho, o licenciado Paulo Jorge Cruz Tavares Saraiva Parracho foi designado para exercer o cargo de Diretor dos Serviços de Administração Marítima, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a dia 19 de maio de 2015.

Recentemente, com vista a assegurar a permanente adequação dos serviços às necessidades de funcionamento e de otimização de recursos e a garantir uma gestão interna mais eficaz e coordenada procedeu-se a uma alteração da estrutura organizacional da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), ao nível das respetivas unidades flexíveis, com especial incidência nas unidades flexíveis da Direção dos Serviços de Administração Marítima, que foi objeto do Despacho n.º 5132/1017, de 22 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 111, de 8 junho de 2017.

Estas alterações organizativas resultaram da necessidade de imprimir uma nova orientação à gestão da identificada direção de serviços, designadamente, reforçando a partilha dos recursos disponíveis e promovendo a interação e articulação entre as respetivas unidades flexíveis, numa estratégia concertada de trabalho em equipa, focada na melhoria da sua atuação e da sua capacidade de resposta, norteadas por parâmetros de eficiência, eficácia e qualidade.

Assim, no sentido de imprimir uma nova orientação à gestão da Direção de Serviços de Administração Marítima e salvaguardar o regular e normal funcionamento da DGRM, em face das alterações organizativas, entretanto adotadas, justifica-se, ao abrigo do disposto na subalínea iv), da alínea e), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a cessação da comissão de serviço do licenciado Paulo Jorge Cruz Tavares Saraiva Parracho, do cargo de Diretor de Serviços de Administração Marítima, cargo de direção intermédia de 1.º grau, da DGRM.

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o licenciado Paulo Jorge Cruz Tavares Saraiva Parracho foi ouvido em sede de audiência prévia sobre as razões invocadas para a cessação da respetiva comissão de serviço.

Nestes termos, e com os fundamentos acima descritos, por despacho de 26 de junho de 2017, do Senhor Diretor-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), determinou, ao abrigo do disposto na subalínea iv), da alínea e), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a cessação da comissão de serviço do licenciado Paulo Jorge Cruz Tavares Saraiva Parracho, do cargo de Diretor de Serviços de Administração Marítima, cargo de direção intermédia de 1.º grau, da Direção-Geral de Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos, com efeitos a 30 de junho de 2017.

28 de julho de 2017. — O Diretor de Serviços de Administração Geral, *Pedro Ramires Nobre*.

310676727